



CONSIDERANDO A BRANQUITUDE NO PLANO DA CLÍNICA EM SAÚDE MENTAL: DISPOSIÇÃO DE AFETOS

Adriana Penatti Maluf¹

Katia Aguiar²

Resumo: O artigo parte da inserção das autoras nas redes de saber-poder, em processos de formação e nas políticas de gestão na saúde. Nossas práticas enquanto psicólogas serão interrogadas, tendo a branquitude como importante vetor de análise de nossas implicações. Destacamos a noção de subjetividades colonizadas e insistimos numa pergunta: que marcas isso (as experiências de uma vida no racismo) produz? Afirmamos a importância da conquista de direitos e o estabelecimento de leis diretamente relacionados à população negra (macropolítica), mas destacamos a necessidade de enfrentar o desafio de criar, com os saberes negros em presença, um plano de consistência para além do reconhecimento às diferenças (micropolítica). Nesse plano, concluímos que nossa desconexão por uma produção subjetiva racista convoca a um trabalho a partir da corporeidade e de afetos, apontando para a abertura aos encontros como linha de composição direta subjetiva.

Palavras-chave: branquitude; racismo; clínica; saúde mental; afetos.

CONSIDERING THE BRANQUITUDE IN THE PLAN OF THE CLINIC ON MENTAL HEALTH: DISPOSAL OF AFFECTS

Abstract: This article starts from the authors's insertion in knowledge-power networks, processes of formation and and in policies of health management. Our practices as psychologists will be questioned, having the whiteness as an important vector of analysis of our implications. We emphasize the notion of colonized subjectivities and we insist on a question: what inscriptions a life within racism produces? We state the importance of the conquest of rights and the establishment of laws directly related to black population (macro-politics). But above all that, we assert a needed confrontation with the challenge of creating together with black knowledge productions, a plan of consistency beyond the recognition of differences (micropolitics). In this plan of consistency, we conclude that our subjective disconnection in terms of a racist subjective production summons to practices thorough corporeity and affections, pointing out to the possibility of encounters with itself and with others as a line of direct subjective composition.

Key-words: whiteness; racism; clinic; mental health; affections,

CONSIDÉRANT LA « BRANQUITUDE » DANS LE PLAN DE LA CLINIQUE DE LA SANTÉ MENTALE: DISPOSITION DES AFFECTS

Resumé: Le point de départ de l'article est l'insertion des auteures dans les réseaux de savoir-pouvoir et dans les processus de formation et des politiques de gestion de la santé. Nos pratiques

¹ Adriana Penatti Maluf – Psicóloga, Pós-Graduada em Clínica Psicanalítica pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil – IPUB/UFRJ, Pós-Graduada em Terapia Através do Movimento e Processos de Subjetivação pela faculdade Angel Vianna – FAV/RJ, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

² Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social. É mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP.



en tant que psychologues seront questionnées en ayant la blancheur comme un important vecteur d'analyse de nos implications. Nous mettons en évidence la notion de subjectivités colonisées et insistons sur une question: quelles marques produisent les expériences d'une vie dans le racisme? Nous affirmons l'importance de la conquête des droits et l'établissement de lois directement liées à la population noire (macro-politique), mais surtout la nécessité de l'affrontement du défi de créer, par les savoirs noirs en présence, un plan de cohérence au-delà de la reconnaissance des différences (micro-politique). Sur ce plan, nous concluons que notre déconnexion basée sur une production subjective raciste convoque à un travail à partir de la corporéité et des affections, se rendant disponibles aux rencontres comme ligne de composition subjective directe.

Mots-clé: blancheur; racisme; clinique; santé mentale; affections.

CONSIDERANDO LA BLANQUITUD EN EL PLAN DE LA CLÍNICA EN SALUD MENTAL: DISPOSICIÓN DE AFECTOS

Resumen: El artículo parte de la inserción de las autoras en las redes de saber-poder, en procesos de formación y políticas de gestión en salud. Nuestras prácticas como psicólogas serán interrogadas, teniendo la blancura como importante vector de análisis de nuestras implicaciones. Destacamos la noción de subjetividades colonizadas e insistimos en una pregunta: ¿qué marcas eso (las experiencias de una vida en el racismo) produce? Afirmamos la importancia de la conquista de derechos y el establecimiento de leyes directamente relacionadas a la población negra (macropolítica), pero sobre todo el necesario enfrentamiento del reto de crear, con los saberes negros presentes, un plan de consistencia más allá del reconocimiento a las diferencias (micropolítica). En ese plan concluimos que nuestra desconexión por una producción subjetiva racista convoca a un trabajo a partir de la corporeidad y de afectos, abierto a la posibilidad del encuentro como línea de composición directa subjetiva.

Palabras-clave: blancura; racismo; clínica; salud mental; afectos.

REINICIANDO UMA CONVERSA...

Faz tempo que atuamos em nosso campo profissional, a psicologia, tendo como questão os processos de formação em sua versão forte e ampliada que quer interrogar as heranças da cultura ocidental em nossos modos de ser, pensar e agir. Essa aposta tem sido, a um só tempo, provocação e efeito da aproximação de certos intercessores na filosofia, na arte, nas ciências, nas práticas psi. A primeira e talvez a mais importante consideração na montagem de um campo problemático nos trabalhos de pesquisa-intervenção, é a própria psicologia como ciência e profissão – suas condições de emergência, sua inscrição na história das práticas, suas políticas nos ditos e escritos, seus compromissos com a geração de um presente. Isso não é pouco e nem fácil, mas nos vemos já em nossas formações profissionais (ainda que entre elas caibam muitos anos de diferença) acompanhadas pelos questionamentos e interpelações aos universais, às teleologias, à racionalidade, que classificam, julgam, dividem, enclausuram e exterminam em nome da ciência (Aguiar, 2010). Uma atitude necessária, entendendo



que tais forças investem nossos corpos nos ofuscando e nos fazendo ver e validar apenas um modo de existência.

Estamos aqui referindo uma atitude crítica que tem como ponto de partida a consideração dos lugares que ocupamos, do que dizemos e fazemos, dos afetos mobilizados e dos interesses investidos em qualquer processo de trabalho-formação. Essa atitude que quer tomar como problema a nossa presença naquilo que endereçamos, temos nomeado, com o movimento institucionalista, Análise de Implicação. Embora cada uma de nós traga a singularidade de uma vida, a referida análise não tem como intenção personalizar ou fazer *mea culpa* de qualquer atualização em nossas práticas que, avaliada como imprópria ou politicamente incorreta, nos livraria radicalmente de qualquer afetação, nos imputando neutralidade. Também não se quer, considerando algumas afetações, tornadas visíveis, nos liberar da responsabilização no que produzimos colando a argumentos que enunciam: “não existem outras saídas”, “o sistema não permite”, “a vida como ela é”.

Tal atitude quer devolver ao mundo, às suas disputas, espaços e histórias, às forças de sua constituição, tudo que em nós ganhou naturalidade e que passou a ser usado e conservado como dado e inquestionável. Entendemos que esse é um exercício de ampliação e de abertura de espaços de liberdade que se faz a partir daquilo que estamos em vias de nos tornar, raspando o que se (re)apresenta como o mesmo, como conservante de um corpo tetanizado e impermeável aos contatos, aos encontros, às modulações de mundos outros. Para nós, esse é um achado que se faz escolha a cada experimentação quando confirmamos, com as pessoas com as quais nos envolvemos – em cursos, oficinas, estudos, supervisões, atendimentos –, a importância e a força dessa análise que para nós se dá como sinalizador na construção de uma direção ética nas práticas psi.

Foi nesses percursos que encontramos como um caminho investigativo a dissociação corpo x mente e seus efeitos devastadores nos modos de existência, separando o corpo das potências dos encontros; também encontramos a branquitude e seus efeitos perversos nos modos de estar junto, criando desqualificações, sustentando hierarquias e justificando extermínios. Poderíamos dizer que esses são dois vetores ou duas linhas que se apresentam hoje bastante intensificadas nas análises de nossas implicações, de nossas práticas.



A partir do convite para compor o coletivo da presente publicação, nos dispusemos a pensar e conversar sobre o modo que nos chega a negritude como questão e somos invadidas por tensões, dúvidas, descobertas, alegrias e pesares. Sim, nossos corpos e existências brancas, são tocados, instigados e feridos por narrativas (orais, escritas, imagéticas) que racham e ampliam nossas práticas analíticas, uma vez que nos afetam e nos convidam a deslocar. Observamos que esse movimento, o do deslocamento, varia em velocidade e intensidade, sendo um primeiro tempo de longos silêncios. O que nos invade é a dúvida e a incerteza, o espanto. Se em nossos percursos o como e o quando falar ocuparam o centro da cena com muita frequência, agora o quando calar para a escuta toma a frente de cada pensamento e de cada ação, trazendo uma certa prudência e delicadeza aos encontros com corpos negros.

Nossas diferenças geracionais, de inserção familiar, de formações e percursos de vida, podem fazer ressoar diferenças entre nós nas parcerias (orientação, amizade, escrita), mas nossa condição racial nos coloca indagações e nos faz ver a vastidão de nossos não saberes, claramente evidenciados, seja simplesmente pela maior presença negra entre nós, seja pelos estudos outros de nossa história contada por negros.

Como queremos trazer um marcador para esse nosso encontro de estudo e de escrita, referimos a disciplina do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2016, nomeada Subjetividade e Exclusão Social e que podemos qualificar, complementando: do povo Negro³. É claro que esse não foi nosso primeiro encontro com o racismo estruturante no Brasil, nem mesmo de nosso contato próximo com negros. Mas entendemos que as condições nas quais a disciplina se inscreveu, favoreceu e potencializou o que poderia ser mais uma ‘proposta acadêmica’. Lembramos a organização política dos movimentos negros, políticas públicas implantadas na última década, o devastador desmonte político-econômico instalado a nível nacional, a gravidade da situação das populações periféricas alvos de intervenções violentas diárias, mobilizações nacionais e locais de jovens estudantes das redes públicas de ensino, em Ocupações, a Ocupação Preta na UFF.

Por tudo isso, temos como proposta trazer nossas ferramentas e intercessores político-filosóficos em cruzamento com os saberes negros em presença. Entendemos

³ A referida disciplina foi ministrada pela prof^a. dr^a. Katia Faria de Aguiar e pelo prof. dr. Abrahão de Oliveira Santos, com a proposta de pensar os processos de subjetivação na formação brasileira tendo como eixo de análise o racismo estrutural, fazendo dialogar a microfísica do poder e a micropolítica do desejo com os debates gerados pelos estudos de pesquisadores negros/os.



que só podemos construir a nossa escrita, tendo como ponto de partida os lugares que ocupamos nas redes de saber-poder nos processos de formação e nas políticas de gestão na saúde. O que apresentamos é um extrato de narrativa de nosso encontro com a negritude, daquilo que nos interpela, nos convoca, nos desassossega e nos coloca a pensar: a branquitude, estratégia civilizatória, recurso onde apoiamos a análise de nossas implicações, evidenciando a construção de privilégios, lugares de poder e a desconsideração de um projeto nacional racializado.

Os diálogos com a saúde mental se dão por nossas inserções na implementação de políticas públicas - formação de psicólogos e outros profissionais de saúde mental, atuação na rede de saúde mental e em programas e projetos nas periferias. Numa imediata incursão por sites e documentos federais, encontramos indicações para uma política de saúde da população negra, tematizando as relações entre racismo e saúde mental. Daí se desprendem questões que podem indicar direções de análise, contribuindo para nos fazer avançar na discussão de nossas práticas, com diferentes questões – macropolítica/micropolítica, desconhecimento da centralidade e especificidade da questão negra quando abordamos produção de saúde e de adoecimento, limites da abordagem pela informação e abertura para a consideração da produção de subjetividade.

Pensar que precisamos nos haver com as políticas (macro), com a conquista de direitos e o estabelecimento de leis, mas também precisamos enfrentar o desafio de criar um plano de consistência para além do reconhecimento às diferenças (micro); uma necessária mudança de percepção do racismo, do negro e, sobretudo, da branquitude, interrogando nossas práticas e podendo evidenciar limites e necessidades de dobras. Consideramos a noção de subjetividades colonizadas (mestiçagem, elemento negro) e insistimos numa pergunta recorrente: que marcas isso (as experiências de uma vida no racismo) produz?

A (IN) VISIBILIDADE DOS DOCUMENTOS E DADOS

Nas pesquisas de referências para o início de construção deste texto, fomos aos documentos produzidos pelos órgãos nacionais de saúde. Nos deparamos, então, com a



Política Nacional de Saúde da População Negra⁴ e fomos rapidamente direcionadas para o site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁵. Importante destacar que se tratam de dispositivos conquistados sobretudo e a partir das reivindicações e das lutas dos movimentos negros, em sua diversidade de composições.

Uma das ações afirmativas da SEPPIR está na distribuição da publicação “Racismo como Determinante Social da Saúde”, uma cartilha direcionada aos profissionais de saúde, apoiadores e gestores. Tanto no texto da Política Nacional como na cartilha, o racismo é afirmado como determinante social de saúde e de produção de desigualdade em saúde. Isso significa dizer que o racismo interfere diretamente na saúde da população. Mas, de que população estamos falando?

Uma resposta rápida e espontânea poderia ser: a população negra. E de fato, a população negra sofre os efeitos do racismo, já que tem seu lugar maquinado em engrenagens político-econômicas que se ligam à produção de subjetividades específicas sendo, portanto, experiências portadoras de sofrimentos também singulares.⁶ Contudo, não nos enganemos que a discussão do racismo diz respeito exclusivamente aos negros e pardos. A questão do racismo convoca, sobretudo, a implicação de brancos/não-negros na medida em que as práticas de racismo se experimentam sempre em relação.

Em um dos itens do Censo promovido pelo IBGE⁷ vemos que 97% dos entrevistados afirmam que o Brasil é um país racista. Apenas 1,2% no entanto reconhecem-se como tendo praticado qualquer comportamento discriminatório ou de cunho racista. Que efeitos isso produz?

Os inimigo não vai me alcançar, não vai me pegar, não vai me tocar
Nem me ofender, eles não podem me enxergar, quem dirá me entender.
(Emicida – A cada vento)

⁴ http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf (acesso em 15.11.2017)

⁵ <http://www.seppir.gov.br/> (acesso em 15.11.2017)

⁶ Somos um total 190.755.799 milhões de habitantes no Brasil. É a primeira vez na história país, desde 1872, momento do primeiro Censo da População - e depois de mais de um século de políticas de branqueamento -, que a população negra é oficialmente declarada majoritária. Até então, apenas na última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), do próprio IBGE, constatou-se que 51,3% da população é preta e parda. <https://pele negra.blogspot.com.br/2011/04/censo-do-ibge-2010-declara-que-negros.html>

⁷ https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/16/opinion/1410894019_400615.html



“Doutora, a senhora não entende...”, diz Raí⁸ para a psicóloga que o recebe no dispositivo de atenção psicossocial quando esta tenta lhe fazer algumas sugestões de como ele poderia investir seu tempo livre em algumas atividades culturais pela cidade. Raí afirma inúmeras vezes ter interesse e muita vontade de participar e integrar estes espaços, mas não o consegue fazer sem ser pelas oportunidades que o serviço dispõe para esse tipo de atividade. Raí é negro, usuário de um serviço de saúde mental para pessoas com problemas pelo uso abusivo de álcool e outras drogas. Na medida em que ele coloca para ela a questão do não entendimento, algo se produz na psicóloga, que lhe diz: “Sim, você tem razão, eu não entendo mesmo”. A psicóloga percebe-se talvez reproduzindo um padrão e um ideal que não surge daquela relação, daquele sujeito em relação.

E a pergunta ressoa: o que é que não é possível entender? De fato não se pode entender muito. Mas a prática de saúde do psicólogo se faz em relação, se relacionar é considerar suas implicações a partir do reconhecimento do seu lugar nesse campo de intensidades. Implicar-se produz e gera afetos.

No contexto de uma atividade promovida no OCUPA PRETA da UFF, uma jovem compartilha sua experiência como jovem negra na cidade do Rio de Janeiro. Na tentativa de buscar um atendimento psicológico, conta que das 5 psicólogas brancas que já a atenderam, todas estas lhe marcaram que o racismo não seria uma questão relevante para aquele espaço de cuidado. Esta mesma jovem reitera o forte impacto com que tal prática excludente e racista se abate sobre ela e o quanto isso contribui para a manutenção da invisibilidade do povo negro e mais ainda, do sofrimento do povo negro.

Numa reunião de equipe multidisciplinar de serviço de saúde mental público, a discussão do caso de um jovem negro e de periferia suscita em um dos membros da equipe o comentário: “mas ELES não possuem meios de ter uma vida organizada”. ELES quem? Quem são eles? E quais são esses meios?

Cê lá faz ideia do que é ver, vidro subir, alguém correr quando avistar você?
Não, cê não faz ideia, não faz ideia, não faz ideia.
Cê lá faz ideia do que é ver, vidro subir, alguém correr quando avistar você?
Não, cê não faz ideia, não faz ideia, não faz ideia. (Emicida – Cê lá faz ideia)

⁸ O nome usado no texto é ficcionado.



Esses extratos de músicas e de experiências carregam a força com que as questões raciais atravessam a todo instante o nosso cotidiano e destacamos aqui mais especificamente, o cotidiano dos serviços de saúde mental. Circunscrevendo mais ainda o campo de análise sobre o qual nos propomos a nos debruçar, nos fazemos a questão: que efeitos isso produz nas práticas do profissional de psicologia?⁹

Pensar em um *como* é dar lugar a formas de construção implicadas, a uma escuta implicada, que dependem muito mais de uma tomada de posição, de um lugar, do que do reconhecimento ou de um entendimento de uma suposta *questão negra*.

VISIBILIZAR / IMPLICAR A BRANQUITUDE

Tomaremos um dos princípios básicos do Sistema Único de Saúde como disparador de nossa exposição nesta parte: o princípio da equidade. Através dele, podemos justamente alcançar efeitos de desenvolvimento humano e de justiça social, seja na saúde ou em qualquer dimensão da vida coletiva. Contudo, faz-se necessário distinguirmos o princípio de equidade do princípio de igualdade, já que este último baseia-se no conceito de cidadania e assim, nos indica a igualdade de direitos. Já o princípio da equidade é baseado na ideia de justiça e diante desta, destacamos o fato das desigualdades entre indivíduos e grupos exigirem abordagens e aproximações variadas dos profissionais de saúde como “condição para a redução das diferenças existentes”¹⁰.

O princípio da equidade busca reconhecer as diferenças nas condições de vida e saúde e nas necessidades das pessoas, considerando que o direito à saúde passa pelas diferenças sociais e deve atender à diversidade. Em tese, tudo faz bastante sentido. No que tange às questões raciais, parece ser bastante problemático e delicado analisarmos como a questão da equidade se operacionaliza e em que obstáculos tropeça e cai.

Falamos em racismo institucional¹¹ e, numa rápida visada, o que encontramos é o apontamento para uma prática de desigualdade que gera efeitos no acesso aos

⁹ A abolição da escravatura ocorreu no ano de 1888. Somente 100 anos depois, na constituição de 1989, o racismo é considerado crime em nosso país (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm). Em 2002, 62 anos após a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, 71 anos após a criação do Conselho Federal de Psicologia, temos a resolução 018/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. (http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF).

¹⁰ <http://www.blog.saude.gov.br/entenda-o-sus/50111-voce-sabe-o-que-e-equidade.html>

¹¹ No Brasil, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) implementado no Brasil em 2005 “, definiu o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se



dispositivos de saúde. Dificuldade de acesso é um debate constante na saúde na medida em que saúde é um direito universal.

Numa outra ação afirmativa da SEPIR encontramos um texto que destina-se especificamente aos serviços de Saúde Mental e refere-se à criação do grupo de trabalho “Racismo e Saúde Mental”. Desde o ano de 2014, tal iniciativa visa propor aos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) práticas do cuidado que reconheçam o racismo como causador de sofrimento psíquico. Fizemos uma escolha bastante precisa em buscar as referências de produção do próprio campo das políticas públicas de saúde advindas do Estado para prosseguirmos.

Falamos de políticas públicas de saúde, no âmbito da macropolítica, porém, precisamos falar de práticas públicas de saúde. Sendo assim, cabe a nós entrar em um terreno bastante delicado, nos impondo a necessidade de compreendermos o que é o campo da implicação dos profissionais de saúde quando estamos diante de uma proposta de pesquisa dos processos de construção de propostas de saúde mental para a população negra. A pesquisa do GT de Racismo e Saúde Mental revela um grau extremamente baixo de conhecimento pelos secretários municipais de saúde do Brasil acerca da Política Nacional de Saúde e População Negra. Talvez não sejam apenas os secretários de saúde e gestores com dificuldades de acessar tais conteúdos.

As práticas de cuidado da própria população negra são desconhecidas na formação de profissionais de saúde e podemos dizer que dessa maneira, o sofrimento psíquico que a acompanha também é desconhecido na medida em que se desconhece, não se reconhece a própria população negra.

Apontamos aqui para o desconhecimento das informações relativas à saúde da população negra e suas determinações. O que se revela vai além de uma falta de conhecimento revelando a invisibilidade da negritude como consequente à entrada pelo viés colonial, na produção de conhecimento e nas práticas de saúde e saúde mental. A precariedade na formação dos profissionais funciona como um jogo de espelho de nossa formação como sociedade, na medida em que reflete a lógica branca e hegemônica na produção deste saberes.

manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. Acesso em agosto de 2017 <http://racismoinstitucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional/>



Assim, reafirmamos a urgência de engajamento na mudança de percepção do racismo o que exige, antes de tudo, um colocar em análise a perspectiva da branquitude. O que isso representa em termos de práticas e metodologias? Podemos começar pela própria busca de referências, seguindo a montagem crítica de argumentações das diferentes vozes que, quando escutadas, podem interromper um regime de autoridade (Ribeiro, 2017,p.85).

Cabe-nos colocar em primeiro plano os impactos do racismo e dos privilégios gerados pela branquitude na subjetividade da população, destacando que o racismo se reafirma e se atualiza diariamente nos privilégios e nas relações de poder.

Encontramos no Brasil uma subjetividade colonizada, subjetividade que vem pela e a partir da experiência colonial brasileira que se constrói em torno da tentativa de manutenção de uma hierarquia que coloca o branco no topo da pirâmide social, conferindo-lhe lugar de privilégios enquanto que o negro é tido como menor, raça inferior e digna de desaparecimento e extermínio. Um outro nome dado para esta colonização branca a que nos referimos é branqueamento. Essa ideologia de branqueamento se veste de várias faces: biológica, fenotípica, de políticas públicas, de políticas de estímulo imigração europeia, social.

Estratégias de branqueamento existiram ao longo de toda história de constituição da sociedade brasileira. Sabemos muito pouco sobre, ou melhor, inviabilizamos a estruturação social de nosso país a partir do viés racial e sabemos que a base para a organização social brasileira é eurocentrada. Embora nos interesse aqui apontar para as especificidades do branqueamento no que este está direcionado à população negra, poderíamos também incluir os povos indígenas que, em toda sua diversidade étnica, compõem tão fortemente a sociedade brasileira e também são colocados numa lógica de exclusão-extermínio.

Kabengele Munanga, antropólogo brasileiro-congolês em seu livro “Redescutando a Mestiçagem” (1999), demonstra que “o real objetivo com que se tolera a mistura de brancos com não-brancos - asiáticos, índios, mas particularmente negros – é o branqueamento de nossa população (...), isso contribui para a autoconscientização e consequente autovalorização do negro, como tal.” (Munanga, 1999, p. 9).

Concentrando suas análises a partir do período de construção da República brasileira, Munanga nos oferece uma exposição da produção, sobretudo intelectual e de conhecimento, no contexto da Independência e da Abolição da Escravidão e analisa



seus efeitos sobre a construção da identidade – e porque não dizer subjetividade - negra no Brasil. Um primeiro exercício de escuta. Como é que você entende a mestiçagem no Brasil?

Afirma-se a noção de mestiçagem como pilar de construção da desvalorização do povo negro, criando um ideal branco de sociedade, ideal ao qual cada indivíduo era e ainda é estimulado e reforçado a atingir. Fomos o último país do ocidente a abolir a escravidão e ao mesmo tempo, fomos o país que maior número de sujeitos escravizados trouxe do continente africano. Que marcas será que isso nos produz?

A libertação dos escravizados não veio acompanhada de nenhuma política de inclusão, de integração ou de direitos. Contudo, vem sim, fortemente acompanhada da produção de um conhecimento científico totalmente imerso nos ideais do branqueamento. Hildeberto Martins, dá visibilidade em sua tese de doutorado à construção de um “projeto nacional e civilizatório que teve como eixo principal a produção de um discurso racializado” (Martins, 2009, p. 22). Afirmando a produção de uma *estranheza eficaz* diante do que ele convencionou denominar de *elemento negro*, o autor indica que ao negro caberia então o lugar social de perigoso, anormal, diferente, incapaz, inferior. Que marcas isso produz?

Na produção intelectual, na educação, nas políticas de Estado, nas práticas sociais, nas mídias somos bombardeadas por uma ideologia na qual a mestiçagem entra como a base da formação de uma suposta identidade brasileira.¹² Contudo,

Proclamada por alguns como prejudicial à formação física, mental e moral do povo brasileiro, pela má contribuição do componente negro; reconhecida por outros como vantajosa, democrática e até humanitária, faltou sempre aos homens brasileiros de saber e de poder o reconhecimento dos prejuízos que a mestiçagem vem causando ao negro, no Brasil (Munanga, 1999, p.11).

Segundo Ana Celia da Silva, professora da UFBA e militante do movimento negro, a ideologia do branqueamento “além de causar a inferiorização e a auto rejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro” (Silva, 2007, p. 97). Portanto, essas mesmas pessoas se afastam do negro, vendo com indiferença e insensibilidade a sua situação vulnerável e, acima de tudo, o seu extermínio físico e cultural. Diante dessa

¹² Deixamos aqui a referência de um testemunho da professora Diva Guimarães na Feira Literária de Parati no ano de 2017 como expressão deste nosso argumento. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Z5aS8bukb2o> (acesso em 18.11.2017).



construção ideológica social, ninguém além do próprio negro seria responsável por sua condição. Que marcas isso produz?

Ribeiro (2017), Munanga (1999), Silva (2007), Martins (2009), Vergner (2014) e diversos outros autores, estudiosos, militantes e negros, nos fornecem com clareza exemplos da ideologia do branqueamento na produção de conhecimento e cultura ao longo do processo histórico brasileiro¹³. Segundo Munanga, “essa ideologia, caracterizada entre outros pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado "a união faz a força" ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos.” (Munanga, 1999, p.15).

Fica como explanação necessária o pouco lugar dado ao branco - pelo próprio branco - no processo de branqueamento. Por que ele pouco aparece? Ele aparece sim enquanto representante e modelo a ser imitado. Nossa exposição até agora deixa evidente que, apesar do discurso que se produz e se aplica, o racismo não é próprio do negro. Silva (2007) inclusive diz que essa ideia aparece tanto nos ambientes acadêmicos, nas classes sociais mais abastadas chegando até a periferia. Trata-se de uma apropriação simbólica que acaba por legitimar a ideia inventada de supremacia social, econômica e política. A autora diz:

A procura de identificação com o branco, a negação dos seus caracteres fenotípicos, as tentativas de clarear a pele e ter cabelos lisos às custa da química, do ferro quente, das chapinhas modernas, do alisamento “definitivo”, a adoção da sua cultura e do seu comportamento, a rejeição à sua cultura e aos seus assemelhados étnico/raciais não são identificadas como produto da branquitude construída pela elite branca brasileira (Silva, 2007, p. 98).

O papel social do branco nas desigualdades sociais não é refletido, nem problematizado, revelando uma forma de solução de compromisso, um pacto silencioso e velado entre brancos que os afasta das suas próprias implicações na produção de desigualdades raciais.

O que a questão das desigualdades raciais revela é um problema estrutural. Não conseguir afirmar esse problema como estrutural contribui para a produção de uma cegueira diante da questão negra. A análise de raças não é um pressuposto reservado a

¹³ Nina Rodrigues e a escola baiana, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Silvio Romero, estes são alguns nomes lembrados por estes autores e que valem a pena serem pesquisados já que suas obras estão nos fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX a meados do século XX pela elite brasileira



peças negras e o que estamos então propondo é a necessidade de praticarmos uma análise de nossos privilégios de forma a podermos localizar e assumir onde e quando é que nós brancas somos beneficiadas nessa estrutura racista. Há uma produção de desempatia entre brancos e negros a partir justamente do que não é possível à branquitude acessar.

Assumir a sua ação nas desigualdades impostas pela discriminação racial não é culpabilizar o seguimento branco pelo passado e presente, mas desenvolver o senso de responsabilidade que o mesmo tem para com a situação do grupo negro, para que participe na promoção de ações responsáveis e políticas de ação afirmativa, para que os direitos e oportunidades prevaleçam independentes das diferenças étnico/raciais, entre outras. (Silva, 2007, p. 99)

O sistema do capitalismo não funciona excluindo os diferentes, mas sim assimilando os diferentes. Foucault (2009 [1975-1976]) afirma o racismo de estado em seu livro “Em defesa da Sociedade”. Fala de uma disputa de forças entre humanos que se diferenciam por raças e povos, pensando no seu aspecto biológico. Se há conflito, é um conflito de raças. No entanto, essa *guerra entre as raças* não traz em si um problema. A questão é a apropriação que a lógica capitalista faz deste aspecto biológico e o transforma numa prática racista de poder. Vimos que a produção discursiva da elite intelectual brasileira no fim do século XIX, revela um modelo de sociedade construído através de um racismo universal, onde a diferença é negada em absoluto e o que é reforçado é um ideal de sociedade homogênea que se daria através da miscigenação e também pelo que se chama de assimilação cultural.

Como efeitos disso, é de suma importância destacar uma particularidade do contexto brasileiro, portanto, de uma legitimação que ganha contornos, forças e práticas cada vez mais fortes na direção de um etnocídio (Vegner, 2013) do povo negro. Estamos numa sociedade de extermínio onde a identidade racial e étnica de grupos dominados, distintos do ideal branco superior, é então legitimada como objeto de destruição. É importante considerar a radicalização dos movimentos e da presença de pesquisadoras/es negros que afirmem a contundência dessas análises. Já se falava e se fazia frente ao racismo e ao extermínio, mas faz toda a diferença quando as vozes negras entram em cena e promovem dissonâncias com as suas modulações e a força de seu lugar de fala.



A partir das formulações acerca das estratégias de disciplina e controle das sociedades europeias do século XIX estudadas por Foucault, circunscrevemos as particularidades do contexto de formação sócio-histórica brasileira e afirmamos que na nossa experiência, não necessariamente percebemos a prática de controle que se daria através, por exemplo, de enviar uma criança para a escola, o trabalhador a fábrica, o delinquente à prisão. No Brasil, trata-se de uma sociedade de extermínio. Extermínio este que se dá em várias dimensões, com impactos também diversos nas partes envolvidas nessas relações¹⁴.

Gyroux (1999), estudioso e crítico cultural estadunidense, nos oferece uma análise minuciosa sobre a questão da identidade racial, raça e poder. Aponta para uma pedagogia política possível na qual a branquitude precisa ser reconhecida como construção histórica, cultural e política. Contudo, apesar de o conhecimento e a produção tanto de ideólogos conservadores quanto de acadêmicos críticos sobre a branquitude tenham se ampliado cada vez mais, Gyroux enfatiza que há poderosas limitações a respeito do conhecimento da branquitude sobre a branquitude e, sobretudo pela branquitude. Acrescentamos neste ponto - tendo em vista que este autor aborda a branquitude a partir da realidade dos Estados Unidos -, a importância dos diversos movimentos negros na ampliação da produção de conhecimentos e práticas que constroem um caminho possível na direção de localizar a branquitude em seu potencial crítico.

Neste artigo, Gyroux enfatiza a óbvia constatação de que, apesar do avanço na produção de conhecimento acadêmico, o potencial libertador da desconstrução da branquitude não se concretiza na esfera pública e destaca o papel que a mídia exerce e sempre exerceu sobre essa questão¹⁵. O que aparece quase que espontaneamente em discussões compostas por brancos sobre o racismo é a tentativa de analisar de que forma os negros são percebidos pelos brancos, uma tentativa de dar certo contorno de entendimento suposto sobre a subjetividade negra. De que forma essa produção de discurso da branquitude se faz visível ou invisível? Escapa-se à análise da branquitude, mas ela exerce efeitos contundentes na vida cotidiana. Segundo o autor, brancos não

¹⁴ Sobre esse tema, recomendamos Vergne, Celso de Moraes A trama da besta: a construção cotidiana do genocídio do negro no Rio de Janeiro / Celso de Moraes Vergne; orientadora: Junia de Vilhena. – 2013. 124 f.:

¹⁵ Sobre este assunto, indicamos o filme documentário “Eu não sou seu Negro”, de Raoul Peck, a partir da obra inacabada de James Baldwin “Remember This House”, que relata a vida e a morte de alguns amigos do escritos, como Medgar Evers, Malcolm X e Martin Luther King Junior.



estariam disponíveis para se haverem com as análises de como é que os negros veem o branco. E para a negritude, branquitude está muitas vezes associada ao terror. Frantz Fanon e bell hooks, também reafirmam esse componente do terror e seus impactos nos processos subjetivos dos negros.

Bell hooks, citada por Gyroux (1999), escritora, ativista social e feminista estadunidense, nos indica a necessidade de o branco poder reconhecer sua branquitude sob o viés de dominação e opressão de uma identidade racial sobre outra. Nesse sentido, é papel do branco poder trocar de posição em relação a seu lugar e reconhecer modos pelos quais esse terror associado à branquitude se opera. E trocar de posição é um ato de implicação. Analisar a sua implicação exige abertura para desnudar a branquitude de seu poder (Gyroux, 1999), a partir do desvelamento de seus mecanismos de discurso, suas práticas políticas, culturais e sociais. Mas o que gera esse desvelamento?

Na medida em que é aberto um campo de reconhecimento e implicação da branquitude como sinônimo de domínio e opressão, qual a saída possível? Talvez a resposta mais rápida possa ser buscar a renúncia de sua branquitude, gerada. Contudo, isso não é possível. Gyroux faz então uma dobra e nos propõe uma rearticulação da branquitude, entendendo-a como passível de ampliação para além destas pressuposições normativas dominantes. Assim, aos brancos cabe sim enfrentar sua branquitude, reconhece-la e assumí-la como uma categoria racial de oposição. Nesse sentido, cabe nos colocar em disponibilidade para poder ouvir e dizer o que é ser branco. A partir disso, hooks (1992 apud Gyroux [1999]) afirma que a implicação de sujeitos brancos na sua branquitude permite-os não mais se verem como invisíveis, não podem mais se perceber sem cor.

Ver a si para criar um espaço de oposição na direção de se lutar por igualdade e justiça. Cada um em seu lugar, sua posição. Visíveis, visibilizados, em relação. As supostas e comuns propostas de tolerância entre as diferenças como forma de a ideologia neoliberal tentar *resolver* essa questão de nada nos adianta, no Brasil, essa suposta democracia racial não existe. Não há análise de implicação. Não há relação. Não há encontro. Quando eu me encontro, me reconheço como outro.

Afirmar-se branco, reconhecer a sua branquitude, amplia suas definições e restabelece seus campos. Essa é a via de implicação que sustentamos. Canguilhem (2009) fala de saúde como movimento permanente de produção de novas formas e que, segundo nossa leitura, são formas de criação de existências. No contexto de nossas



afirmações aqui, temos que este movimento é o de assumir a branquitude como vetor de análise.

SAÚDE MENTAL, PSICOLOGIA E BRANQUITUDE: VISIBILIZAR A ESCUTA IMPLICADA

Frantz Fanon, revolucionário natural da Ilha de Martinica, perseguido, entre outros aspectos, por defender a necessidade de uma transformação na vida do povo negro, percorre as inúmeras consequências psicológicas da colonização, tanto no que se refere ao colonizador, mas, sobretudo, visibilizando a perspectiva do colonizado. Além disso, apresenta também sua análise do processo de descolonização, considerando-os sob aspectos sociológicos, filosóficos e psiquiátricos.

Fanon (2008) nos convoca através de seu livro-manifesto-testamento, a entrar em contato com os processos de formação da subjetividade a partir da constituição de um ideal branco. O negro se forma enquanto sujeito, diante de uma imposição: a de atingir ou de se assemelhar a um padrão que é branco, colonizador e europeu. Uma forma de experimentar o ser negro, o que coloca também uma forma de ser branco.

Sua pesquisa banida da academia é hoje o livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2008[1952]). Nele, Fanon justifica o porquê escrever um texto como este já que ninguém o havia solicitado. Este livro refere-se a tese de doutorado em psiquiatria que defendeu na França, nos anos 50. Sua tese, contudo, foi recusada pelos membros da comissão julgadora e Fanon foi obrigado a escrever um outro trabalho que em nada se aproximava aos conteúdos e análises antes apresentados. Invisibilizado. Silenciado. Diante disso, na ocasião de publicação destas ideias como livro, justifica a importância de se dar lugar ao que ele tem a dizer, respondendo: “há imbecis demais neste mundo” (Fanon, 2008/1952, p. 25).

Inspiradas por tal posicionamento, nos perguntamos: para quê abordar a branquitude ao discutir sobre o racismo? Para quê questionar o profissional de psicologia, engajado no cuidado e na escuta?

Nos utilizamos de uma passagem do artigo de Jota Mombaça, que diz:

(...)o silenciamento dos sujeitos negros permite que a fala colonial branca se consolide como verdade sem a interferência de discursos contrários. A inviabilidade de manifestação da fala negra é a condição por meio da qual o sujeito branco se reproduz. Assim é que, no marco do racismo, o sujeito branco



depende da produção arbitrária do sujeito negro como “Outro” silenciado para se constituir, atualizando, a partir do binômio branco/negro, uma série de outras fórmulas binárias tais como bem/mal, certo/errado, humano/inumano, racional/selvagem, nas quais o negro não cessa de ser representado como mal, errado, inumano, selvagem. Dessa maneira, não é jamais o sujeito negro que está em questão, mas as imagens e narrativas dominantes produzidas desde um ponto-de-vista colonial acerca dele. (Mombaça¹⁶, 2015)

Ao colocarmos estas perguntas, desta forma, já revelam-se os impactos da branquitude em nós, sua incidência dominante. O *para quem* pode tornar-se um *como* a nossa branquitude se relaciona ao racismo e assim perguntamos já afirmando um lugar. Na medida em que sustentamos a branquitude enquanto determinação social em saúde, pretendemos nesta parte apontar para questões importantes no que se refere à formação, às práticas das psicólogas e psicólogos e, sobretudo, colocar em questão o campo normativo no qual está inserida a Psicologia. O que a formulação de uma questão faz é, justamente, colocar em situação crítica os fundamentos que nos condicionam.

Questionamos a formação do profissional de psicologia sob o viés do colonialismo epistemológico na produção de seus saberes e práticas. Com isso, há a possibilidade – e por que não dizer necessidade - de se produzir bastante desconforto. Gordon Lewis, no prefácio do livro de Frantz Fanon (2008 [1952]) destaca a necessidade de se “fazer uso de nossos recursos intelectuais e aí estão incluídos os recursos emocionais” (Idem, p. 15) para dar conta deste desconforto. Que efeitos isso produz?

A produção de possíveis fissuras, aberturas para respostas aos questionamentos que trazemos se dão pela escuta ao próprio Fanon, que parece encarnar bem o essencial das passagens escolhidas por nós no início desta seção: “mesmo expondo-me aos ressentimentos de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem” (Fanon, 2008, p. 26). O que isso nos quer dizer? A primeira coisa a se reparar é que essa proposição gera impactos distintos em sujeitos negros, em sujeitos brancos. Fanon revela uma forma do que ele chama de narcisismo, no qual negros buscam a ilusão dos espelhos que lhes oferecem um reflexo branco. Olhar sem ver. Olhar sem se ver. Olhar sem ser visto. Ver apenas o que se quer ver. Diante do que estamos discutindo neste

¹⁶ Jota Mombaça é escritora, investigadora e performer. Vive e trabalha desde Natal/RN/Brasil. Pode também ser chamada Monstr e K-trina Erratik.



artigo, a dominação de uma lógica que coloca o branco como superior e o negro como inferior traz sérias consequências subjetivas.

Maria Lucia da Silva (2008), psicóloga e diretora do Instituto AMMA Psique e Negritude, afirma que:

É necessário saber que as relações entre brancos e negros estão permeadas por representações que precisam sair do plano latente e vir para o plano da consciência. Isto também significa que ações envolvendo a dimensão subjetiva do racismo precisam ser introduzidas na pauta do Movimento Negro, descortinando o impacto da imagem que brancos e negros têm de si e do outro. Essas imagens manifestam-se por meio de atitudes, brincadeiras, chacotas, desrespeitos, humilhações. As ações que praticamos no cotidiano estão mediadas por fatores subjetivos que, na maioria das vezes, desconhecemos. Levar em consideração este aspecto será um passo importante para começarmos a compreender de que lugar se fala. **A idéia é trabalhar a conexão entre percepção, sentimento, ação.** Tal conexão poderá facilitar a busca de saídas mais satisfatórias (AMMA INSTITUTO, 2008).

Os brancos fazem uso desse narcisismo ao qual se refere Fanon (2008), pois preferem uma imagem de si mesmos como não racistas embora na prática, ajam frequentemente de forma contrária.

Fanon (2008) afirma que o mundo moderno não tem uma noção coerente sobre o que seja uma pessoa negra normal ou um adulto negro. Um comportamento patológico é frequentemente apresentado como autenticamente negro. Caso um negro ou uma negra não se comportem como tais, seriam considerados inautênticos, o que resulta em uma confirmação da patologia. A psicologia para o negro, então, resulta numa psicologia do anormal. Fanon desafia a eficácia da terapia sem um modelo de normalidade, sendo que esse modelo impacta diretamente na saúde mental da população negra.

Diante da impotência social, Fanon afirma que o negro tem uma certa obsessão por fixar-se, mas como ele não tem impacto sobre o mundo, a ideia é mergulhar em si mesmo, voltar-se para si mesmo. A sua busca por liberdade se faz através do esconder-se. Contudo, a liberdade requer visibilidade e reconhecimento e não há visibilidade sem o mundo social, sem outros. Cabe então a cada um livrar-se de suas barreiras e engajar-se com a realidade.

E quando não se oferece o reconhecimento? E quando o profissional de psicologia não possui recursos para abrir sua escuta e o seu encontro clínico a partir de



uma lugar em que se reconheça que para aquele sujeito, as vivências do racismo são um problema e marcam sua história? Ou quando o profissional psi percebe a presença de racismo em algum nível na fala de alguém, branco ou negro, e isso não entra em análise?

E essa luta não se dá apenas no campo das relações sociais, mas sim, também na relação com a razão e com o conhecimento. Ao negro não é admitida a razão. Mas quem diz isso?

Nos extratos de narrativas aqui destacados da leitura, consulta e análise de tantos conhecimentos produzidos sobre o assunto e de análises de nossa implicação com o tema, invertamos esta indagação para pensar: quem está ouvindo isso?

Está aí lançado o desafio de ocupar o lugar de escuta implicada às questões raciais. Visibilizar, assumir e experimentar a branquitude, sua branquitude enquanto identidade racial, visibilizar, assumir e experimentar nos processos de formação subjetiva e sociais nos quais, nós profissionais de psicologia - e por que não dizer, nós profissionais de saúde mental - estamos completamente imersos.

Destacamos a direção de abrir-se para a escuta do que Fanon e muitos outros autores nos dizem quando afirmam que o negro, na lógica como se constrói uma sociedade e sua produção epistemológica e cultural sob o viés do colonialismo branco, habita uma zona de não-ser.

Não sentiremos nenhuma piedade dos antigos governantes, dos antigos missionários. Para nós, aquele que adora o preto é tão doente quanto aquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco. (Fanon, 2008, p 26).

No entanto, ao adotarmos essa direção de abertura podemos ouvir ou dizer: mas eu vejo o negro, eu o reconheço, eu o recebo, eles são a maioria em nossos serviços públicos de assistência e saúde mental. Mas então, o que fazemos com isso? A questão se encerra a partir desta afirmação? No contexto do trabalho de um profissional de psicologia, como se dá a escuta aos sujeitos negros? O que se está escutando? Há algo que não é possível escutar? O que fazer?

Uma prática de liberdade, direção ética na qual apostamos nas práticas psi, baseia-se justamente no exercício de estabelecer relações e o plano das relações é justamente o que sustenta a perspectiva de prática clínica implicada e afetada a qual nos baseamos. Criar dispositivos para nos conectarmos com os nossos próprios recursos de



conexão. Nos desconectamos e isso pode se dar de forma sutil ou, por vezes, velada. São impactos de uma formação na qual a perspectiva colonialista se faz prenhe. É nesse caminho que podemos então afirmar que a desconexão com negros e indígenas é produzida a partir da lógica da branquitude enquanto ordem hegemônica e opressora que dá um lugar de subalternidade a qualquer diferença, entendida como ameaça aos lugares de poder.

Estudar e poder colocar sob uma perspectiva crítica a nossa desconexão por uma produção subjetiva racista é urgente e necessário. Nesse caminho, assumir a branquitude se coloca como importante vetor na análise de nossas implicações, linha de composição direta na produção de subjetividade. Rolnik¹⁷ (1997) nos ajuda a pensar ao afirmar que os processos de subjetivação se dão sempre a partir da noção de jogo. Aqui, o jogo pensado na sua dimensão de encontro, como um circuito dos afetos, utilizando-nos da proposição de Vladimir Safatle¹⁸. Trata-se de um jogo de apropriações que é de cada um, cada um que está em encontro com outros, e aí torna-se um jogo coletivo de *cada uns* que se encontram. A força da vida de ser o que não se pode ser, força da vida de ser o que se pode ser. Quando esse movimento entre forças cessa permanentemente, adoecemos...

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K. Práticas de formação e a produção de políticas de existência. *Psicologia e Sociedade*. [online]. Vol. 24, n.spe, pp.60-66. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000400010&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 27.11.2017.

AMMA Instituto Psique e Negritude. *Os efeitos psicossociais do racismo* / [Edição e entrevistas de Fernanda Pompeu] – São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Instituto AMMA Psique e Negritude, 2008. 88p. Disponível em: <<http://www.ammapsique.org.br/baix/Os-efeitos-psicossociais-do-racismo.pdf>> Acesso em 27.11.2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa,*

¹⁷ Acrescentamos como referência desta autora, seu artigo escrito para o Jornal Folha de São Paulo em 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/19/mais!3.html>>

¹⁸ O autor define sociedade como circuito de afetos e não como um conjunto de normas e valores nos quais os sujeitos coexistem e partilham. Sua perspectiva crítica vem na sustentação dessa noção bastante específica de sociedade. “*Basta que haja circuito de afetos para que haja corpos em relação, mas o que não pode existir é política sem corpos. Habitamos o campo político como sujeitos corporificados e por isso, como sujeitos em regime sensível de afecção.*” (Safatle, 2016, pp. 95).



Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. 36 p.

CANGUILHEM, G. Novas reflexões referentes ao normal e ao patológico: vinte anos depois. In: *O Normal e o Patológico*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2009. p. 106-132.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. *Em defesa da Sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2ª ed. 2010.

GYROUX, H. A. *Por uma pedagogia e política da branquitude*. Cadernos de Pesquisa, n. 107, p. 97-132, jul. 1999.

MARTINS, H. V. *As ilusões da cor: sobre raça e assujeitamento no Brasil*. Tese de Doutorado. Psicologia Social e do Trabalho. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

MOMBAÇA, J. *Pode um cu mestiço falar?* Artigo Digital. Plataforma Medium. Jan. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>. Acesso em 27.11.2017.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis (RJ). Vozes. 1999.

RAMOS, A. G. *Patologia do branco brasileiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RIBEIRO, D. *O que é o lugar de fala?*. Belo Horizonte:Letramento:Justificando,2017.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: *Cultura e subjetividade. Saberes Nômades*. org. Daniel Lins. Papyrus, Campinas 1997; pp.19-24. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Toxicoidentid.pdf>> (acesso em 15.11.2017).

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify. 2015.

SILVA, A. C. *Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade*. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. *Memória e formação de professores* [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. Pp. 87-101. Disponível em <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-06.pdf> (acesso em 27.11.2017).

VERGNE, Celso de Moraes, *A Trama da Besta: a construção cotidiana do genocídio do negro no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia, 2013.

Recebido em outubro de 2017

Aprovado em janeiro de 2018

128